

LUCAS RODRIGUES OLIVEIRA
(Organizador)

Educação: dilemas contemporâneos



Pantanal Editora

2020

LUCAS RODRIGUES OLIVEIRA
(Organizador)

**Educação:
dilemas contemporâneos**



Pantanal Editora

2020

Copyright[©] Pantanal Editora
Copyright do Texto[©] 2020 Os Autores
Copyright da Edição[©] 2020 Pantanal Editora
Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo
Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera
Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora
Edição de Arte: A editora
Revisão: Os autor(es), organizador(es) e a editora

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – OAB/PB
- Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – IF SUDESTE MG
- Profa. Msc. Aris Verdecia Peña – Facultad de Medicina (Cuba)
- Profa. Arisleidis Chapman Verdecia – ISCM (Cuba)
- Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo - UEA
- Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu – UNEMAT
- Prof. Dr. Carlos Nick – UFV
- Prof. Dr. Claudio Silveira Maia – AJES
- Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – UFGD
- Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva – UEMS
- Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos – IFPA
- Prof. Msc. David Chacon Alvarez – UNICENTRO
- Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão – (URCA)
- Prof. Dr. Denis Silva Nogueira – IFMT
- Profa. Dra. Denise Silva Nogueira – UFMG
- Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves – ISEPAM-FAETEC
- Prof. Dr. Fábio Steiner – UEMS
- Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez (Colômbia)
- Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles – UNAM (Peru)
- Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira – IFRR
- Prof. Msc. Lucas R. Oliveira – Mun. de Chap. do Sul
- Prof. Dr. Leandro Argente-Martínez – ITSON (México)
- Prof. Msc. Javier Revilla Armesto – UCG (México)
- Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales – UNMSM (Peru)
- Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski – UFMT
- Prof. Msc. Marcos Pisarski Júnior – UEG
- Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla – UNAM (Peru)
- Profa. Ma. Nila Luciana Vilhena Madureira – IFPA
- Prof. Dr. Rafael Chapman Auty – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke – UFMS
- Prof. Dr. Raphael Reis da Silva – UFPI
- Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo – UEMA
- Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca – UFPI
- Prof. Msc. Wesclen Vilar Nogueira – FURG
- Profa. Dra. Yilan Fung Boix – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – UFT

Conselho Técnico Científico

- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Esp. Tayronne de Almeida Rodrigues
- Bel. Ana Carolina de Deus

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	Educação [recurso eletrônico] : dilemas contemporâneos / Organizador Lucas Rodrigues Oliveira. – Nova Xavantina, MT: Pantanal, 2020. 183 p. : il. ; 14 x 21 cm
	Formato: PDF
	Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
	Modo de acesso: World Wide Web
	ISBN 978-65-990641-8-0
	DOI https://doi.org/10.46420/9786599064180
	1. Educação – Pesquisa – Brasil. I. Oliveira, Lucas Rodrigues. II. Título.
	CDD 370
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo dos livros e capítulos, seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do(s) autor (es). O download da obra é permitido e o compartilhamento desde que sejam citadas as referências dos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000. Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).
<https://www.editorapantanal.com.br>.
contato@editorapantanal.com.br

APRESENTAÇÃO

A educação é muito complexa para, em qualquer momento da história, existir sem dilemas. Por isso mesmo é que o debate e as reflexões sobre o tema são sempre presentes no meio acadêmico. Nesse contexto, a obra “Educação: dilemas contemporâneos” constitui-se de quinze capítulos, organizados com o propósito de contribuir com as discussões acerca das questões mais relevantes à educação nacional.

A escola, principal instituição da educação formal, é construída de forma histórica. Depois de existir por muito tempo apenas em função da elite brasileira, a escola passou a ser um bem garantido a todos os indivíduos – não sem muita luta. Antes disso, a classe mais pobre da sociedade não tinha espaço na educação formal. A escola pública e obrigatória para todas as pessoas só começou nos séculos XVIII e XIX.

Nesse contexto histórico que envolve a educação brasileira, a Constituição de 1988 contribuiu, significativamente, com a democratização do ensino. Contemporaneamente, por mais que avanços sejam nítidos, há muito ainda a ser organizado e democratizado na educação brasileira, em suas várias modalidades e níveis. A presente obra almeja contribuir com as discussões sobre a educação.

Esse livro contempla assuntos cruciais para a educação contemporânea brasileira; reflete-se sobre a educação inclusiva e o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais, como surdez e cegueira; além disso, levanta-se uma discussão sobre a inclusão de alunos com altas habilidades e superdotação – tema muito pouco difundido no meio acadêmico.

As tecnologias influenciam o mundo de uma forma assaz severa. Nesse livro, trata-se do acesso à internet, uma das principais tecnologias novas, e também do acesso (ou impossibilidade de acesso) a outras tecnologias pelos professores. Nesse campo das novas tecnologias, insere-se a escola pública de tempo integral: modelo de educação no qual, para que haja aceitabilidade e eficácia no processo de ensino e aprendizagem, é inevitável o investimento expressivo em tecnologias e formação de professores. A educação em tempo integral é tema presente nessa obra, que também reflete sobre os estudos de gênero e a educação do campo no Brasil.

Lucas Rodrigues Oliveira

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
CAPÍTULO I DESENVOLVENDO A AUTONOMIA DO APRENDIZ DE INGLÊS COM METODOLOGIAS ATIVAS	7
CAPÍTULO II NÚCLEO DE APOIO PEDAGÓGICO DOM BOSCO: PERCURSO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM RIO BRANCO/ACRE.....	17
CAPÍTULO III APRENDER, RESPONSABILIZAR E APLICAR: OS DESAFIOS DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA FRENTE AOS ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES SUPERDOTAÇÃO	26
CAPÍTULO IV DISCIPLINA E SEU ANTÔNIMO NA ESCOLA: UM DILEMA COTIDIANO	37
CAPÍTULO V ESTRATÉGIAS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DO ALUNO SURDO: O CASO DO IFRR / CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE	49
CAPÍTULO VI PICHON RIVIÈRE E BRUNER: APRENDIZAGEM, ENLACE, DILEMA E PROBLEMA EM TORNO DAS FORMAS SIMBÓLICAS NA CONTEMPORANEIDADE	56
CAPÍTULO VII A INTERNET: ENTRE A UTOPIA E A DISTOPIA	67
CAPÍTULO VIII FERRAMENTAS DIGITAIS PARA FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE.....	83
CAPÍTULO IX APLICAÇÃO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS NA COMPREENSÃO DE TEXTOS MULTIMODAIS EM LÍNGUA ESTRANGEIRA.....	88
CAPÍTULO X OS ESTUDOS DE GÊNERO NO INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO CAMPUS PEDREIRAS A PARTIR DA CRIAÇÃO DO LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE GÊNERO IFMA PEDREIRAS - LEGIP	96
CAPÍTULO XI REFLETINDO CONCEITOS, ATITUDES E PROCEDIMENTOS CONTRA A POLUIÇÃO SONORA: UMA ATITUDE SONORA SAUDÁVEL OU 'LIBERDADE' NA ESCOLA?	110
CAPÍTULO XII AGROECOLOGIA COMO CAMINHO PARA UMA NOVA EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	124
CAPÍTULO XIII AVANÇOS E DESAFIOS DA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL.....	135
CAPÍTULO XIV EDUCAÇÃO: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA SOBRE O SISTEMA EDUCATIVO MOÇAMBICANO	158

CAPÍTULO XV

**ORIENTAÇÃO E MOBILIDADE: A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO VISANDO A AUTONOMIA DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL..... 173**


ÍNDICE REMISSIVO..... 182

Orientação e mobilidade: a importância do atendimento educacional especializado visando a autonomia de alunos com deficiência visual

Recebido em: 30/04/2020

Jhonathan Martins da Costa^{1*}

Aceito em: 06/05/2020

 10.46420/9786599064180cap15

INTRODUÇÃO

Durante o decorrer da vida do homem, ele adquiriu milhares de especificidades que contribuem para além de seu desenvolvimento pessoal, aspectos individuais que trazem laços de sua autonomia. Uma das áreas influenciadas trata-se da localização espacial, da forma como este indivíduo consegue manter-se ou deslocar-se para um outro ponto, assim aprendemos a dar os primeiros passos que já são trabalhadas inconscientemente, sendo elas duas questões importantes; a orientação e a mobilidade, no qual se configuram como sinônimas.

Para educandos que apresentam dificuldades de locomoção, seja qual for o motivo, compete ao atendimento educacional especializado – AEE trabalhar essa área, a fim de proporcionar autonomia e de promover a inclusão do aluno em todos os ambientes sociais, sendo este um reflexo do trabalho educacional inclusivo realizado por este profissional, que responde e pode atender tanto dentro do ambiente da sala de recursos multifuncional ou fora dela.

Quando se inicia uma pesquisa de orientação e mobilidade, percebemos que eles sempre se fizeram presente no decorrer de nossas vidas. É importante enfatizar que tudo que será trabalhado nesta escrita evidencia possibilidades de acessibilidade, portanto, de contribuir para que cada vez mais pessoas com deficiência visual possam se locomover de forma mais autônoma e segura possível.

Basta fazermos uma análise de nossa infância que perceberemos o quanto a orientação e mobilidade foram fundamentais e trabalhadas em nossas vidas, ao sair de casa

¹ Gerência Municipal de Educação Especial, Secretaria Municipal de Educação (SEME/RB). Rua Quintino Bocaiuva, nº 1833, Bosque. CEP 69.900-670, Rio Branco, Acre, Brasil.

* Autor correspondente: jhonacreano@yahoo.com.br.

nossos pais sempre dialogavam informando os lugares, cada cheiro, temperatura dos ambientes caracterizavam os espaços pelos quais estávamos, portanto, todos esses estímulos acabam por criar conexões destas características externas para com nossos sentidos.

Orientação e mobilidade possuíram significados semelhantes para melhor compreensão a orientação basicamente deve ser entendida como sendo aquilo que instrui para o oriente, portanto, denota levar a algum lugar. Já o significado da palavra mobilidade pode se resumir em apenas uma outra palavra; mover. Assim, diante desta explanação podemos compreender que orientação e mobilidade de forma conjunta demonstra o ato de mover-se de forma orientada.

Diante dos expostos, percebe-se a importância do trabalho de orientação e mobilidade principalmente para com sujeitos com deficiência visual, a fim de que prioritariamente possam se locomover de forma orientada com independência e segurança, isso só é possível pelo aprimoramento dos sentidos remanescentes que temos, sendo eles, fundamentais para a aprendizagem. Desta forma, garantimos a este grupo de pessoas o direito de frequentar os ambientes de sua preferência de forma independente. Garantindo a acessibilidade que pode ser entendida como qualidade daquilo que é acessível às pessoas, sendo um termo bastante genérico quando se refere aos sujeitos com necessidades específicas.

Trabalhar uma pesquisa a respeito de orientação e mobilidade, atrelado ao atendimento educacional especializado – AEE, é de fundamental importância social, afinal ele contribui para o aprimoramento a respeito do entendimento da importância da acessibilidade para pessoas principalmente com deficiência visual, garantindo direitos a este grupo que ainda se encontram limitados principalmente no que se refere a locomoção em ambientes externos urbanos públicos.

Assim, a escola que efetivamente inclui é pensada dentro da perspectiva da política nacional de educação especial inclusiva na qual acaba tornando-se protagonista na defesa e no aperfeiçoamento prioritariamente de sujeitos com deficiência visual, no que tange seus processos de independência, por meio dos trabalhos de métodos e técnicas passadas pelos profissionais responsáveis pelas salas de recursos multifuncional, portanto, do atendimento educacional especializado – AEE.

Busca-se por meio desta pesquisa compreender o conceito de orientação e mobilidade aplicado dentro da educação especial, bem como o trabalho do atendimento educacional especializado – AEE voltado para esta área de trabalho, visando garantir a autonomia para alunos com deficiência visual.

Portanto, diante do exposto, está escrita procura compreender o conceito dado à questão da orientação e mobilidade, na perspectiva apresentada dentro da modalidade de ensino especial, bem como fundamentar a importância deste trabalho. Além, de identificar as atribuições inerentes ao profissional responsável pela oferta do serviço conhecido como atendimento educacional especializado – AEE, desde a aplicação de suas técnicas á exercícios de orientação e mobilidade para alunos com deficiência visual.

Precisando, o planejamento, o desenvolvimento e as técnicas nas direções de estratégias para a orientação e mobilidade de alunos com deficiência visual na escola regular de ensino. Cabe dentro deste delineamento de escrita a exposição investigativa teórica de variadas formas pelos quais possam ser garantidos aos educandos que fazem parte deste grupo seus direitos, cumprindo a modalidade da educação especial por meio da escola de ensino regular inclusiva os seus objetivos claros dentro do processo de inclusão.

ENTRE IDAS E VINDAS: OS (RE)DESCOBRIMENTOS Á RESPEITO DA DEFICIÊNCIA VISUAL

Por muito anos, para ser mais preciso, por muitos séculos, as pessoas que até então eram estereotipadas como portadoras de deficiência visual, conhecido popularmente como “cega” foram rotuladas como indivíduos incapazes, portanto, improdutivos no que se refere ao cunho social, pessoas que viveriam para sempre em uma escuridão profunda. Criaram-se diversos preconceitos a estes sujeitos, muitos até mesmo vinculados a supostamente um castigo sobrenatural, teoria defendida por algumas entidades religiosa.

Diante do passar do tempo e de muito ativismo pelo direito a pessoa com deficiência no Brasil e no mundo, este grupo de indivíduos passaram a ganhar o direito de terem suas vozes e ideias propagadas, o século XXI proporcionou como resultado de um intenso trabalho, ótimos avanços no que se refere, a garantia e aplicabilidade dos direitos, bem como a confecção de instrumentos jurídicos que garantissem a inclusão de todos.

A Declaração de Salamanca apresenta-se como o documento internacional mais importante neste viés, já o Estatuto da pessoa com deficiência, sendo este o documento mais abrangente a nível nacional, diante de tais exposições fica a questão, afinal, qual a definição certa para a compreensão da deficiência visual ou cegueira:

Cegos são indivíduos que perderam totalmente a visão de forma congênita ou adquirida. Pessoas com baixa visão são aquelas que possuem comprometimentos no funcionamento da visão, que não podem ser sanados por lentes ou tratamentos (Fundação Dorina, 2015).

Portanto, o indivíduo pode ser considerado cego a partir do momento em que ocorre a apresentação da perda, desde a percepção luminosa até a ausência total da visão. Todavia, importante salientar que tal prejuízo não o torna um indivíduo incapaz, pois o próprio corpo humano trabalha a fim de desenvolver os outros órgãos dos sentidos como a audição, paladar, olfato e o tato para auxiliarem no seu desenvolvimento geral, a essas especificidades adquiridas pelo sujeito chamamos de “sentidos remanescentes”, que se apresentam inclusive como sendo primordiais para a locomoção, orientação e mobilidade do sujeito com a deficiência visual.

Caso um sujeito venha perder a visão de um dos olhos, tendo o outro olho não afetado por nenhum problema, este caso não é considerado deficiência visual, pois no Brasil entende-se que são necessários o comprometimento nos dois olhos. O que tem levado a terminologia utilizada na referência da pessoa com deficiência visual em nosso país ser alvo de intermináveis críticas e discussões, dentre elas: deficiente visual, cego, portador de deficiência visual, pessoa com baixa visão, portador de visão subnormal.

O que se tem notado é que existem várias classificações para a deficiência visual, sendo elas variáveis de acordo com as limitações e os fins a que se destinam. Apesar dos indivíduos com deficiência visual terem em comum o comprometimento da visão, as alterações estruturais e anatômicas geram alterações que procedem em níveis individualizados nas funções visuais, que intervêm de forma distinta no comportamento de cada indivíduo. Portanto, torna-se necessária à existência de categorizações, que de acordo com as indigências e particularidades exibidas pelo deficiente visual, proporcione a ter uma participação ativa no meio social, escolar e esportivo.

Importante salientar que a cegueira ou deficiência visual pode ser congênita, caracterizada como uma especificidade desde o nascimento do indivíduo ou adquirida, que como o próprio nome induz refere-se à aquisição da perda da visão, após o nascimento do sujeito, assim, compreende-se a deficiência visual como sendo uma limitação ou mesmo perda das funções básicas do sistema visual, portanto do olho. Diante de tais exposições pode-se considerar que a cegueira implica justamente na falta de percepção visual oriundo de alguns fatores fisiológicos ou neurológicos. Assim, a cegueira total ou simplesmente amaurose, caracteriza-se pelo completo detrimento da visão na falta da percepção visual de forma e luz.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE E A INCLUSÃO DE EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL, A IMPORTÂNCIA DA ORIENTAÇÃO E MOBILIDADE

O decreto N. 7.611/11, estabelece que: “A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes...” assim, o governo brasileiro oferta o atendimento educacional especializado – AEE. Um serviço público, constituído por um conjugado de atividades e recursos que venham complementar/suplementar o desenvolvimento de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e superdotados, disponibilizando apoio especializado a fim de extinguir ou diminuir as barreiras que venham dificultar o processo de aprendizagem destes alunos.

Dentre uma em várias atribuições dada aos profissionais do atendimento educacional especializado, compreende-se uma muito importante dentro do serviço para a melhor orientação e mobilidade, sendo justamente um dos objetivos inerente a eles, que é de garantir as condições para o prosseguimento dos estudos e demais níveis, etapas e modalidades de ensino. Avançar, sempre significara mudar, portanto novos ambientes no qual o aluno com deficiência visual será desafiado.

Diante das atribuições incumbidas ao atendimento educacional especializado - AEE, posto em prática pelos profissionais responsáveis pelo serviço de atendimento que possuem especialização na área da modalidade do ensino da educação especial, as principais técnicas a serem trabalhadas em orientação e mobilidade são:

Guia vidente, que consiste na ambientação da pessoa com deficiência visual em ser guiado por uma outra pessoa com visão; Bengala longa, trabalha-se o manuseio do instrumento facilitando sua locomoção inclusive em ambientes externos; Equipamentos eletrônicos, são também muito utilizados e ensinados os mais diversos instrumentos são utilizados, e que inclusive serve para complementar outro equipamento, como por exemplo, sistema de aviso sonoro e vibratório acoplado a bengala que identifica e alerta obstáculos (Brasil, 2010).

Mediante as exposições fica manifestado a importância do atendimento educacional especializado - AEE para o aproveitamento dos métodos e de técnicas de orientação e mobilidade para educandos com deficiência visual. Afinal, a transmissão desta catequização é essencial para a garantia de autonomia e inclusão das pessoas pertencentes a este grupo.

Cabe ao poder público por meio de todas as suas instâncias e diversas estruturas que a possuem atuar de forma conjunta com todos os setores da sociedade a fim de garantir a acessibilidade desses sujeitos. Para isso vários aspectos precisam ser repensados inclusive nos ambientes externos ao da escola, como por exemplo;

Para auxiliar nesse processo de adaptação existem requisitos de acessibilidade que devem ser implementados nos espaços públicos da sociedade. Entre esses requisitos estão: a existência de piso tátil sinalizando calçadas, travessias e edificações urbanas; a adequação do mobiliário urbano à padrões específicos; a sinalização de travessias de ruas; a implementação de recursos sonoros de alerta

em semáforos e no transporte público. Esses requisitos de acessibilidade facilitam o desenvolvimento do trabalho com orientação e mobilidade, sendo que este trabalho está incluso em uma área voltada à educação e reabilitação de pessoas cegas ou com baixa visão que enfoca a utilização dos sentidos remanescentes para promoção de autonomia na locomoção, independência e qualidade de vida (Brasil, 2015).

Mesmo sabendo que nem sempre existe acessibilidade nos espaços públicos, o que pode prejudicar o desenvolvimento do trabalho de orientação e mobilidade.

Compete à escola trabalhar de forma enérgica por meio do atendimento educacional especializado no qual dentre as suas atribuições tem como pilar a oferta de um serviço que almeje a autonomia do indivíduo independentemente de sua deficiência, nesta perspectiva compreende-se como atribuições do AEE, as seguintes questões:

Art. 3. São objetivos do atendimento educacional especializado:

I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes; II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular; III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino (Brasil, 2010).

Dentro do ambiente escolar, se faz necessários que o aluno receba e entenda todo o universo ao seu redor garantido e instituído a fim de que tenha acessibilidade no ambiente educativo, para isso:

Pensando em um ambiente escolar, onde o aluno passará uma parte considerável do seu tempo diário, é necessário que ele consiga se localizar e compreender o espaço em que está presente. E não apenas a sala de aula que está inserido, mas todo o ambiente escolar, pois esse aluno é parte desse ambiente como todos os demais. Mas não é apenas mostrar para o aluno como está constituída a escola arquitetonicamente, esse aluno ao mesmo tempo que precisa criar uma independência, precisa ter colegas que saibam como conduzi-lo e quais as possibilidades e limitações que esse aluno com deficiência visual possui (Ravazzi; Gomes, 2013).

Diante de tais desafios, técnicas e métodos devem ser estabelecidas a fim de garantir o atendimento a acessibilidade desses alunos com deficiência visual sendo os mais usuais, as seguintes:

Dentre as técnicas de orientação e mobilidade para pessoas com deficiência visual podemos enumerar as seguintes: Guia Vidente (para ambientes internos e externos): consiste em uma pessoa vidente guiar e orientar uma pessoa com deficiência visual a caminhar por vários lugares permitindo que ele coloque sua mão no cotovelo do guia vidente. O braço do guia deverá formar um ângulo de 90º com o seu corpo... Auto-ajuda em ambientes interno: as técnicas de auto-ajuda permitem que os alunos se desloquem de forma independente, sem riscos, em lugares familiares, e também permitem localizar objetos... Bengala longa em ambiente externo e diagonal em ambientes interno: a bengala longa dá ao usuário maior independência nos seus deslocamentos, desde que tenha adquirido habilidades... Equipamentos eletrônicos: É o uso da tecnologia ajudando no

processo de facilitação para identificar obstáculo no processo de orientação e mobilidade (Giacomini, 2010).

O educando com deficiência visual tem direito a usar materiais adaptados, como livros didáticos transcritos para o braile ou a reglete para escrever durante as aulas. Bem como compartilhar de uma organização promovida pela escola dos objetos em sala de aula em conjunto com o aluno, a fim de facilitar o acesso a mobilidade melhorando o seu bem-estar no ambiente educacional. Aos profissionais cabem manter as carteiras, as estantes e mochilas sempre na mesma ordem, e comunicar as alterações previamente ao aluno quando ocorrerem bem como sinalizar os objetos para que sejam facilmente reconhecidos.

Dentre outras ações que a escola pode estar tomando, elenco a antecipação da adaptação dos textos realizados pelos educadores responsáveis pela sala de recursos, junto com os outros profissionais de ensino, pois ao ter na escola uma máquina braile, faz-se importante que todos saibam operá-la bem como a impressora e equipamentos adaptados. A alfabetização em braile das pessoas com deficiência visual deve ocorrer de forma simultânea ao processo de alfabetização das demais crianças no ambiente escolar, com todo o apoio dos serviços de atendimento educacional especializado – AEE.

Vale ressaltar que o AEE é apresentado pelo Decreto 6.571, de 17 de setembro de 2008, como: “o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular” (Brasil, 2008). Assim, o Estado tem a obrigação de proporcionar base técnica e financeira para que o atendimento educacional especializado – AEE, e que ele esteja presente em toda a rede pública de ensino. Cabendo ao gestor da escola e às Secretarias de Educação a administração e o requerimento dos recursos para essa finalidade.

Assim, afirmam-se por meio deste trabalho todo um levantamento a respeito da forma como o atendimento educacional especializado atua por meio de seus profissionais para a aprendizagem e aprimoramento de técnicas e métodos de orientação e mobilidade de educandos com deficiência visual, apontando estes serviços como ações efetivas de uma política educacional da educação especial na perspectiva inclusiva.

Diante dos expostos aqui neste trabalho, fica evidente que o papel da escola pode dar-se-á logo no início do fato, pois tem autoridade a escola de poder convocar os responsáveis do aluno e recomendar que busquem fazer o exame de acuidade visual das crianças sempre que notarem comportamentos relacionados a dificuldades de leitura, dores de cabeça ou vista cansada durante as aulas. Importante salientar que estas são as principais características iniciais da deficiência visual. Acredita-se que tenha ficado claro a conceptualização da cegueira no texto, bem como suas principais características.

Todavia, está escrita busca enfatizar o trabalho do atendimento educacional especializado – AEE, no que se refere as questões inerentes a orientação e mobilidade, buscando promover a inclusão não apenas educacional, mas principalmente social deste indivíduo. Ressaltar nesta escrita a importância de todo trabalho de forma geral, não só com as ferramentas apresentadas e ir além tornou-se fundamental tendo em vista que outras características assim como o braile também é fundamental para o processo de autonomia e independência deste cidadão.

O importante é sempre continuar seguindo em prol da efetivação das garantias dos direitos das pessoas não só com deficiência visual, mas de todos os seres com deficiência, por isso, em prol da inclusão, que possamos gritar: siga-mos!!!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Brasil (2010). MEC/SEESP. *Manual de Orientação: Programa de Implementação de Salas de Recursos multifuncionais*. Brasília.
- Brasil (2015). *Presidência da República*. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Dispõe sobre a Lei da acessibilidade. Brasília. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em 10 de abr. de 2020.
- Brasil (2008). *Presidência da República*. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado. Brasília. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2008/decreto-6571-17-setembro-2008580775-publicacaooriginal-103645-pe.html> Acesso em 10 de abr. de 2020.
- Brasil (2011). *Presidência da República*. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm Acesso em 10 de abr. de 2020.
- Bernardine AG, Felicetti AS, Carteli Z, Santos AS (2016). Acessibilidade, orientação e mobilidade: um estudo de caso considerando o ponto de vista de pessoas cegas ou com baixa visão. *Divers@ Revista Eletrônica Interdisciplinar*, 9(1): 39-51p.
- Giacomini L (2010). *A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: orientação e mobilidade, adequação postural e acessibilidade espacial – Brasília*. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial: (Fortaleza) Universidade Federal do Ceará. 67p
- Fundação Dorina (2015). *O que é deficiência visual?* Fundação Dorina Nowill para cegos, 2020. Disponível em: <https://www.fundacaodorina.org.br/a-fundacao/deficiencia-visual/o-que-e-deficiencia/>>. Acesso em: 20 de jun. de 2020.

Ravazzi N, Gomes, M (2013). *Orientação e Mobilidade: Percepções iniciais em um curso de capacitação*. VII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial. Londrina. Universidade Estadual de Londrina. 735p.

ÍNDICE REMISSIVO

A

agroecologia 6, 7, 8, 9, 10, 14
altas habilidades ...6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13,
14, 15
Anísio Teixeira.7, 8, 10, 11, 12, 15, 18, 20,
22
aprender fazendo.....7
aprendizagem 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 16, 7,
8, 11, 12, 13, 7, 8, 10, 12, 13, 14, 8, 10,
12, 13, 14, 15, 6, 7, 10, 11, 6, 7, 9, 10,
11, 12, 13, 14, 15, 7, 8, 11, 6, 7, 8, 10,
12, 15, 14, 15, 16, 18, 20, 21, 9, 19, 7,
10, 11, 12
baseada em equipe..... 11, 12, 13
significativa 8
autonomia do aprendiz..... 10

C

cognitivo.. 12, 9, 15, 6, 7, 11, 12, 13, 12, 7,
24
colonialismo 10, 11, 12, 13, 15
construção de conhecimento... 6, 7, 9, 13,
7, 10, 11, 14, 10, 13, 17, 18
costumes..... 7
cultura ..6, 7, 11, 12, 13, 9, 8, 9, 12, 13, 17,
19, 9, 14

D

deficiência intelectual.. 16, 7, 9, 10, 11, 12,
13
deficiência visual...6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13
democracia 11
disciplina 6, 7, 8, 9, 11, 12, 6, 10, 11, 8
distopia..... 6, 7, 9, 12, 13, 16, 20
docência..... 7, 12, 15, 7

E

educação 6
inclusiva.....16, 7, 8, 11, 12, 6, 10, 12
especial10, 11, 6, 7, 8, 10, 11, 12
básica 10
profissional9, 6, 9

educador.....12, 9, 10
ensino 6, 8, 6, 7, 9, 6, 9, 14, 17, 8, 15, 8,
10, 15
colaborativo..... 7
escola(s)
especial..... 7
pública.. 11, 12, 10, 6, 13, 11, 13, 15, 16
de tempo integral ...6, 8, 13, 14, 15, 16,
17, 18, 20, 21, 22, 24
Espanhol 6, 11
estratégias...8, 9, 11, 14, 7, 8, 9, 10, 11, 16,
6, 8, 11, 6, 8, 14, 16, 17, 8
estudante 12, 8, 9, 11, 14, 12, 7
experiência na educação..... 7

F

formação
continuada . 12, 13, 11, 6, 7, 8, 9, 10, 15,
21, 23
competências..... 9
integral.....8, 6, 7, 11, 13, 15, 17, 18, 20,
21, 22, 23
formas simbólicas 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14,
15
FRELIMO12, 13, 14, 15, 19

G

gênero..9, 11, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14,
16, 17, 18
grupo operativo.....7, 10, 14

I

identidade..... 12, 6, 9, 10, 11, 13, 18
inclusão 7, 10, 12, 6, 12, 14, 15, 6, 7, 8, 10,
11, 14, 9, 6, 8, 10, 13
indisciplina . 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 13
instituições especializadas 11
Instituto Federal..... 6, 7, 6, 7, 14
Internet..... 6, 9, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18,
19, 20

J

José Moran..... 10

L

LIBRAS 7, 9, 10, 11
língua inglesa 6, 10, 11, 12, 13

M

Maranhão 6, 7, 14
metodologias ativas 6, 9
mobilidade 9, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13
Moçambique . 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15,
18, 19

N

novas tecnologias 6, 10

P

planejamento. 6, 9, 14, 15, 13, 16, 7, 9, 11,
17, 7, 9, 8
podcasts 11
políticas públicas 7, 10, 14, 18, 15, 6, 7, 9,
13, 6, 8, 9, 12, 13, 14, 20, 24
poluição sonora .6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14,
15, 17
pós-modernidade 8
prática pedagógica 10, 15, 10, 6, 7

professor 6, 14, 7, 9, 10, 11, 12, 7

S

sala de aula
heterogênea 7
invertida 11
sala de recurso multifuncional 12
saúde do professor 11
senso de plausibilidade 9
signos 7, 8
superdotação..6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14,
15
surdo 6, 7
sustentabilidade 10, 15

T

tecnologia 6
tecnologias digitais de informação e
comunicação 9
tempo escolar ampliado 24
teorias de ensino e aprendizagem 6

U

utopia 6, 7, 9, 11, 16

 **LUCAS RODRIGUES OLIVEIRA**



Mestre em Educação pela UEMS, Especialista em Literatura Brasileira. Graduado em Letras - Habilitação Português/Inglês pela UEMS. Atuou nos projetos de pesquisa: Imagens indígenas pelo “outro” na música brasileira, Ficção e História em Avante, soldados: para trás, e ENEM, Livro Didático e Legislação Educacional: A Questão da Literatura. Diretor das Escolas Municipais do Campo (2017-2018). Coordenador pedagógico do Projeto Música e Arte (2019). Atualmente é professor de Língua Portuguesa no município de Chapadão do Sul.

Contato: lucasrodrigues_oliveira@hotmail.com.

ISBN 978-659906418-0



Pantanal Editora
Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br